



**CONGRESSO NACIONAL**

**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

---

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA  
PARA 2012

(Projeto de Lei nº 28/2011-CN)

**ÁREA TEMÁTICA VIII**

PODERES DO ESTADO E  
REPRESENTAÇÃO

RELATÓRIO APRESENTADO

**Senador INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)**  
**Relator Setorial**

**Senador VITAL DO RÊGO (PMDB/PB)**  
**Presidente da CMO**

**Brasília – DF, 06/12/2011**

# **PARECER N.º , DE 2011**

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre as despesas relativas à **Área Temática VIII – Poderes do Estado e Representação**, incluídas no Projeto de Lei nº 28, de 2011-CN (Mensagem nº 86, de 2011-CN; nº 344, de 2011, na origem), que “estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012”.

Autor: **Poder Executivo**

Relator Setorial: **Senador INÁCIO ARRUDA – PCdoB/CE**

## **I – RELATÓRIO**

### **I.1 – INTRODUÇÃO**

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República enviou à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 86, de 2011-CN (344, de 2011, na origem), o Projeto de Lei nº 28, de 2011-CN (PLOA 2012), que “estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012”.

Coube-nos a honrosa tarefa de relatar a matéria, no que tange à Área Temática VIII – Poderes do Estado e Representação, inclusive em relação às emendas respectivas.

### **I.2 – ANÁLISE**

#### **I.2.1 – Proposta Orçamentária**

##### **Abrangência setorial**

A Área Temática VIII – Poderes do Estado e Representação compõe-se da programação orçamentária integral dos órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Ministério Público da União, e, no âmbito do Poder Executivo, da programação da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores. Os órgãos e respectivas unidades estão relacionados no Anexo I a este Relatório.

Em relação ao exercício de 2011, passam a integrar esta Área as unidades orçamentárias 20213 – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero, 20214 – Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e 20930 – Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC, tendo sido transferida para a Área VII – Justiça e Defesa a unidade 20926 – Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD.

## Cumprimento das normas orçamentárias

Em atendimento ao disposto no item 35.1.1. do Parecer Preliminar, esta Relatoria esclarece que não identificou, relativamente à presente Área Temática, qualquer incompatibilidade do PLOA 2012 com a Constituição Federal, a LRF, o projeto do PPA 2012/2015 e a LDO 2012.

## Valores constantes do projeto de lei

O conjunto das dotações orçadas para 2012 no âmbito desta Área totaliza R\$55,1 bilhões, incluídas as dotações do orçamento de investimento das estatais (que passa do valor programado de R\$ 354,5 milhões em 2011 para R\$ 3,1 bilhões programados para 2012).

### ÁREA TEMÁTICA 08 - PODERES DO ESTADO E REPRESENTAÇÃO PLOA 2012 - Detalhamento por Poder e Órgão

Poder <sup>1</sup>	Órgão	2012	Participação
		PLOA (E)	% E/D
LEGISLATIVO	01000 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	4.220.669.286	7,66
	02000 - SENADO FEDERAL	3.338.457.687	6,06
	03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	1.369.371.562	2,48
	<b>Subtotal</b>	<b>8.928.198.535</b>	<b>16,20</b>
JUDICIÁRIO	10000 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	510.207.236	0,93
	11000 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	939.712.754	1,71
	12000 - JUSTIÇA FEDERAL	7.227.587.920	13,12
	13000 - JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	388.205.646	0,70
	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL	5.177.513.227	9,40
	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO	13.497.026.290	24,49
	16000 - JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS	1.738.857.521	3,16
	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	221.170.793	0,40
<b>Subtotal</b>	<b>29.700.281.387</b>	<b>53,89</b>	
EXECUTIVO	20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	10.516.972.957	19,08
	35000 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	2.048.877.176	3,72
	<b>Subtotal</b>	<b>12.565.850.133</b>	<b>22,80</b>
MPU	34000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	3.841.878.106	6,97
	59000 - CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	71.869.217	0,13
	<b>Subtotal</b>	<b>3.913.747.323</b>	<b>7,10</b>
<b>Total</b>	<b>55.108.077.378</b>	<b>100,00</b>	

Fonte: Siga Brasil

Dados atualizados até: 26/11/2011

1 - MPU separado do Poder Executivo para demonstração.

Confirmando a distribuição verificada em exercícios pretéritos, a maior parcela das dotações, cerca de 54%, está alocada nos órgãos do Poder Judiciário. Entre os Poderes, o Legislativo tem a menor participação nos recursos, com 16%. O Poder Executivo (Presidência da República e Ministérios das Relações Exteriores) fica com 23% das dotações, restando 7% para o Ministério Público.

## I.2.2 – Execução Orçamentária Recente

Nas demonstrações a seguir, foram excluídas as dotações referentes ao orçamento de investimentos das estatais, cujas programações para 2012 constam do Anexo II. A exclusão justifica-se porque os dados sobre a execução não constam do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, sistema esse em que se registra a execução orçamentária da

despesa. Os dados das empresas são divulgados por meio de sistema próprio (Sistema de Informações das Estatais – SIEST).

De acordo com a tabela 2, abaixo, verifica-se que, em relação aos montantes programadas para 2011, apenas o Ministério das Relações Exteriores e o Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP não tiveram acréscimo no valor de suas programações constantes do PLOA 2012.

Em relação ao valor autorizado para 2011 até 26 de novembro corrente, que inclui os créditos adicionais abertos no exercício, observa-se aumento em todos os órgãos do Poder Judiciário, à exceção do STJ, alcançando-se incremento de 26% nas dotações do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e de pouco mais de 14% na Justiça Eleitoral.

No Poder Legislativo, houve acréscimo apenas nas dotações do TCU (de 1%), sendo mantidos praticamente estáveis os valores alocados para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal.

No caso do Poder Executivo, tanto a Presidência da República quanto o Itamaraty sofreram redução nos valores alocados, de 3% e 11%, respectivamente. O MPU é impactado com redução de menos de 1%, mas o CNMP é atingido com redução de aproximadamente 32%.

ÁREA TEMÁTICA 08 - PODERES DO ESTADO E REPRESENTAÇÃO  
PLOA 2012 - Detalhamento por Poder e Órgão 2010 a 2012\* - Fiscal e Seguridade Social

Tabela 2							RS 1,00
Poder <sup>1</sup>	Órgão	2010		2011		2012	Evolução % E/D
		Autorizado (A)	Liquidado (B)	PLOA (C)	Autorizado (D)	PLOA (E)	
LEGISLATIVO	01000 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	3.825.271.365	3.536.956.900	4.092.418.168	4.227.184.594	4.220.669.286	99,85
	02000 - SENADO FEDERAL	3.132.173.445	3.014.521.510	3.325.96.076	3.343.609.606	3.338.157.687	99,84
	03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	1.334.097.924	1.326.660.077	1.344.708.429	1.354.248.218	1.369.371.562	101,2
	<b>Subtotal</b>	<b>8.291.542.734</b>	<b>7.878.138.487</b>	<b>8.762.322.673</b>	<b>8.925.042.418</b>	<b>8.928.198.535</b>	<b>100,04</b>
JUDICIÁRIO	10000 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	518.935.728	477.359.839	495.651.765	504.017.061	510.207.236	101,23
	11000 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	890.531.168	879.070.247	922.127.955	947.664.804	939.712.754	99,16
	12000 - JUSTIÇA FEDERAL	6.836.011.128	6.731.698.622	6.836.892.392	7.044.917.955	7.227.587.920	102,59
	13000 - JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	350.277.679	341010.041	361.136.340	365.161.135	388.205.646	106,31
	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL	5.218.527.411	5.067.058.090	4.368.872.698	4.535.985.532	5.175.13.227	114,14
	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO	2.115.506.797	2.027.312.902	2.338.805.151	2.729.265.622	3.497.026.290	126,03
	16000 - JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS	1.581.425.260	1.578.782.586	1.621.610.338	1.707.971.163	1.738.857.521	101,81
	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	159.822.783	148.513.547	198.919.644	175.323.801	221.170.793	126,15
	<b>Subtotal</b>	<b>27.671.037.954</b>	<b>27.250.805.872</b>	<b>27.144.016.283</b>	<b>28.010.287.073</b>	<b>29.700.281.387</b>	<b>106,03</b>
EXECUTIVO	20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	8.661.203.724	7.744.495.704	7.159.141.334	7.608.107.113	7.398.911.863	97,25
	35000 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	2.454.875.566	2.136.013.493	2.192.512.421	2.293.265.665	2.048.877.176	89,34
	<b>Subtotal</b>	<b>11.116.079.290</b>	<b>9.880.509.197</b>	<b>9.351.653.755</b>	<b>9.901.372.778</b>	<b>9.447.789.039</b>	<b>95,42</b>
MPU	34000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	3.607.271.763	3.544.296.224	3.684.047.727	3.872.563.505	3.841.878.106	99,21
	59000 - CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	32.138.891	28.498.593	97.614.736	105.171.450	71.869.217	68,34
	<b>Subtotal</b>	<b>3.639.410.654</b>	<b>3.572.794.817</b>	<b>3.781.662.463</b>	<b>3.977.734.955</b>	<b>3.913.747.323</b>	<b>98,39</b>
<b>Total</b>	<b>50.718.070.632</b>	<b>48.582.248.373</b>	<b>49.039.655.174</b>	<b>50.814.437.224</b>	<b>51.990.016.284</b>	<b>102,31</b>	

Fonte: Siga Brasil

Dados atualizados até: 26/11/2011

1 - MPU separado do Poder Executivo para demonstração.

\* Exclui dos os precatórios de 2010 a 2012 no Poder Judiciário.

## Natureza da despesa

No que se refere à alocação dos recursos por grupo de natureza da despesa - GND, a tabela 3 abaixo evidencia que o agrupamento de investimentos, quando se considera apenas as programações dos orçamentos fiscal e da seguridade social, foi reduzido em cerca de 19%, relativamente ao

valor autorizado para 2011. Comparando-se com o valor programado para o mesmo exercício, a redução é de 4%.

Os grupos relativos a outras despesas correntes e a pessoal e encargos também tiveram aumento nos valores programados, de 5,5% e 3,2%, respectivamente, comparados com os valores autorizados para 2011.

Em direção oposta, as dotações para amortização da dívida e para inversões financeiras foram reduzidas em relação aos montantes autorizados para 2011, em 12,1% e 3,1%, respectivamente.

**ÁREA TEMÁTICA 08 - PODERES DO ESTADO E REPRESENTAÇÃO**  
**PLOA 2012 - Detalhamento por GND 2010 a 2012\* - Fiscal e Seguridade Social**

Tabela 3 R\$ 1,00

GND	2010		2011		2012		Evolução	
	Autorizado (A)	Liquidado (B)	PLOA (C)	Autorizado (D)	PLOA (E)	%	% E/D	% E/C
1-PES	36.651.260.956	36.437.905.393	36.828.893.312	37.621.971.060	38.845.336.103	74,72	103,25	105,48
2-JUR	4.616.970	1.561.800	2.284.735	953.474	1.001.925	0,00	105,08	43,85
3-ODC	9.715.491.897	8.823.313.151	9.361.445.640	9.674.614.592	10.204.122.238	19,63	105,47	109,00
4-INV	3.484.965.894	2.767.201.994	2.143.326.607	2.538.171.604	2.059.269.516	3,96	81,13	96,08
5-IFI	650.938.764	549.685.988	595.285.456	721.576.803	699.110.000	1,34	96,89	117,44
6-AMO	3.208.308	2.580.048	3.120.958	2.243.191	197.1000	0,00	87,87	63,15
9-RES	207.587.843	0	105.298.466	254.906.500	179.205.502	0,34	70,30	170,19
<b>Total</b>	<b>50.718.070.632</b>	<b>48.582.248.373</b>	<b>49.039.655.174</b>	<b>50.814.437.224</b>	<b>51.990.016.284</b>	<b>100,00</b>	<b>102,31</b>	<b>106,02</b>

Fonte: Siga Brasil

Dados atualizados até: 26/11/2011

\* Excluídos os precatórios de 2010 a 2012 no Poder Judiciário.

### Pessoal e encargos sociais

No que tange especificamente ao grupo de pessoal e encargos, principal despesa que impacta as programações desta Área, as dotações totais crescem 3,2% em relação ao valor autorizado para 2011, até 26 de novembro corrente, e 6,6% em relação ao valor efetivamente gasto em 2010.

**ÁREA TEMÁTICA 08 - PODERES DO ESTADO E REPRESENTAÇÃO**  
**PLOA 2012 - Despesas com Pessoal e Encargos Sociais (GND 1) 2010 a 2012\***  
**Detalhamento por Poder e Órgão**

Tabela 4 R\$ 1,00

Poder/Órgão	2010		2011		2012		Evolução	
	Autorizado (A)	Liquidado (B)	PLOA (C)	Autorizado (D)	PLOA (E)	% E/D	% E/B	
01000 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	2.901.588.429	2.893.063.997	3.220.640.996	3.344.089.144	3.278.325.002	98,03	113,32	
02000 - SENADO FEDERAL	2.596.101.853	2.543.831.728	2.814.005.026	2.834.051.251	2.748.303.683	96,97	108,04	
03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	1.151.769.517	1.151.191.517	1.151.180.395	1.156.238.456	1.167.624.697	100,98	101,42	
<b>Total Legislativo</b>	<b>6.649.459.799</b>	<b>6.588.215.241</b>	<b>7.185.826.417</b>	<b>7.334.378.851</b>	<b>7.194.253.382</b>	<b>98,09</b>	<b>109,20</b>	
10000 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	315.646.344	315.644.561	285.917.053	293.717.053	287.885.500	98,01	91,21	
11000 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	694.453.542	694.437.837	688.664.332	692.664.332	694.832.305	100,31	100,06	
12000 - JUSTIÇA FEDERAL	5.434.286.239	5.411.456.042	5.492.380.600	5.558.380.600	5.702.530.897	102,59	105,38	
13000 - JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	300.105.933	295.827.041	298.996.063	301.996.063	318.057.285	105,32	107,51	
14000 - JUSTIÇA ELEITORAL	3.362.213.346	3.354.568.457	3.072.078.487	3.082.544.685	3.472.191.513	112,64	103,51	
15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO	10.779.890.932	10.719.093.385	10.886.825.158	11.085.674.158	11.424.328.670	103,05	106,58	
16000 - JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS	1.329.051.656	1.329.051.656	1.355.515.462	1.355.515.462	1.444.107.283	106,54	108,66	
17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	19.111.534	18.813.346	19.745.884	19.745.884	31.865.853	161,38	169,38	
<b>Total Judiciário</b>	<b>22.234.759.526</b>	<b>22.138.892.324</b>	<b>22.100.123.039</b>	<b>22.390.238.237</b>	<b>23.375.799.306</b>	<b>104,40</b>	<b>105,59</b>	
20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	3.851.655.040	3.832.535.756	3.637.510.015	3.897.687.131	4.206.749.794	107,93	109,76	
35000 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	1.040.060.198	1.007.397.699	1.000.292.007	1.075.303.007	1.044.901.886	97,17	103,72	
<b>Total Presidência e MRE</b>	<b>4.891.715.238</b>	<b>4.839.933.455</b>	<b>4.637.802.022</b>	<b>4.972.990.138</b>	<b>5.251.651.680</b>	<b>105,60</b>	<b>108,51</b>	
34000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	2.858.876.002	2.854.789.175	2.891.988.576	2.903.832.576	2.989.724.134	102,96	104,73	
59000 - CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	16.450.391	16.075.197	13.943.258	20.531.258	33.907.601	165,15	210,93	
<b>Total MP</b>	<b>2.875.326.393</b>	<b>2.870.864.372</b>	<b>2.905.141.834</b>	<b>2.924.363.834</b>	<b>3.023.631.735</b>	<b>103,39</b>	<b>105,32</b>	
<b>Total</b>	<b>36.651.260.956</b>	<b>36.437.905.393</b>	<b>36.828.893.312</b>	<b>37.621.971.060</b>	<b>38.845.336.103</b>	<b>103,25</b>	<b>106,61</b>	

Fonte: Siga Brasil

Dados atualizados até: 26/11/2011

\* Excluídos os precatórios de 2010 a 2012 no Poder Judiciário.

Ressalvados a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, o Supremo Tribunal Federal e o Itamaraty, todos os demais órgãos têm acréscimo nas dotações. No caso do CNJ e do CNMP, o acréscimo é de 61,3% e 65,1%, respectivamente.

### Esfera orçamentária

Observando-se as programações da Área por esfera orçamentária, verifica-se aumento nas dotações para 2012, em relação ao valor autorizado para 2011, de apenas 2,7% no orçamento fiscal e de 0,6% no orçamento da seguridade social.

Esse aumento é inferior à inflação projetada para 2012, pelo IPCA, na casa de 4,8%. O PLOA 2012 sequer contempla a correção das despesas atuais em decorrência da variação dos preços, possibilitando afirmar que os órgãos da Área, se mantidos os limites como estão, poderão ter dificuldades em repactuar seus contratos, em virtude da insuficiência orçamentária vislumbrada.

#### ÁREA TEMÁTICA 08 - PODERES DO ESTADO E REPRESENTAÇÃO PLOA 2012 - Detalhamento por Esfera Orçamentária 2010 a 2012\*

Tabela 5

Esfera	2010		2011		2012	Evolução	
	Autorizado (A)	Liquidado (B)	PLOA (C)	Autorizado (D)	PLOA (E)	% E/D	% E/C
F	41780.384.764	39.722.127.695	40.410.092.601	41526.412.614	42.642.111.925	102,69	105,52
I			704.590.741		3.118.061.094		442,54
S	8.937.685.868	8.860.120.678	8.629.562.573	9.288.024.610	9.347.904.359	100,64	108,32
<b>Total</b>	<b>50.718.070.632</b>	<b>48.582.248.373</b>	<b>49.744.245.915</b>	<b>50.814.437.224</b>	<b>55.108.077.378</b>	<b>108,45</b>	<b>110,78</b>

Fonte: Siga Brasil

Dados atualizados até: 26/11/2011

\* Excluídos os precatórios de 2010 a 2012 no Poder Judiciário.

Em outra direção, o orçamento de investimento apresenta elevação substancial nas programações para 2012, considerando-se o valor alocado no PLOA 2011, partindo de R\$ 704,6 milhões para R\$ 3,1 bilhões (aumento de 342%). De acordo com a tabela 6 a seguir, o aumento se deve especialmente à integração da Unidade Orçamentária 20213 – Infraero à Área, cujas dotações para 2012 somam R\$ 2,0 bilhões. Além disso, as dotações para 2012 da Companhia Docas do Rio de Janeiro aumentam mais de 200% em relação a 2011 e as dotações para a Companhia Docas de São Paulo, mais de 100%.

#### ÁREA TEMÁTICA 8 - PODERES DO ESTADO E REPRESENTAÇÃO PLOA 2012 - Orçamento de Investimento

Tabela 6

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PLOA 2011	PLOA 2012
20205 - COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - CDC	43.063.862	110.300.000
20206 - COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA	122.280.030	115.204.463
20207 - COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA	62.042.645	80.819.406
20208 - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP	145.790.685	294.995.942
20210 - COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP	127.783.489	81.160.000
20211 - COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ	124.148.499	382.015.468
20212 - COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN	79.481.531	45.880.815
20213 - EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO	-	2.007.685.000
<b>TOTAIS</b>	<b>704.590.741</b>	<b>3.118.061.094</b>

Fonte: BO

## **Fonte de Recursos**

A classificação da despesa por fonte de recursos tem por finalidade identificar, em regra, a origem das receitas destinadas a financiar os gastos. Devido à natureza das despesas dos órgãos abrangidos pela Área 8, constituídas especialmente por gastos inadiáveis (pessoal e encargos e custeio administrativo e operacional), a maior parte das dotações, cerca de R\$32,4 bilhões (58,8%), consta no PLOA 2012 financiada pela fonte 100 – recursos ordinários do Tesouro Nacional. Mas essa situação é bem diferente do proposto no PLOA 2011, quando 83% das dotações foram programadas com a fonte 100.

A segunda maior parcela das dotações, R\$10,9 bilhões (19,8%), é financiada com a fonte 900 - recursos condicionados. Aqui também há divergência em relação ao PLOA 2011, no qual não foram propostas dotações da Área 8 com tal fonte. Detalhando-se o projeto, verifica-se que essa fonte está alocada para despesas com pessoal e encargos, o que contraria as normas orçamentárias.

Fontes condicionadas dizem respeito a receitas ainda pendentes de criação. No caso em análise, dependem da aprovação da emenda constitucional sobre a Desvinculação de Receitas da União - DRU.

As despesas com pessoal e encargos sociais são despesas obrigatórias, de execução independente da vontade do administrador, porquanto decorrentes da lei. No caso dos Poderes Judiciário e Legislativo e do MPU, a Constituição Federal estabelece que os recursos financeiros correspondentes às respectivas dotações lhes sejam liberados em cada mês na forma de duodécimos. Logo, é descabida a vinculação à aprovação de qualquer receita nova.

A LDO 2012 estabeleceu precisamente os montantes desses Poderes e MPU (arts. 18 e 73 da Lei nº 12.645, de 12.08.2011) e a Constituição lhes assegura a independência e autonomia orçamentária e financeira (arts. 2º, 51, IV, 52, XIII, 99 e 127, § 2º, da CF), o que nos permite afirmar da impertinência de se condicionar a liberação dos recursos à aprovação de qualquer proposição legislativa.

De acordo com a tabela 7 abaixo, dos R\$10,9 bilhões vinculados a receitas condicionadas, cerca de 60,7% (R\$ 7,5 bilhões) estão alocados no Poder Judiciário, o que corresponde a 28% das despesas de pessoal desse Poder. No caso do MPU, as dotações vinculadas a fontes condicionadas equivalem a 30% das despesas para pessoal. Em se tratando do Poder Legislativo, 24% das dotações da mesma natureza estão alocadas com idêntica fonte.

A parcela das programações do Poder Executivo com pessoal e encargos relativa a esta Área (Presidência e Itamaraty) foi dotada em 30% com recursos vinculados.

PLOA 2012 - ÁREA TEMÁTICA 8 - PODERES DO ESTADO E REPRESENTAÇÃO

Fonte 900 - Receitas Condicionadas - Detalhamento

Tabela 7

Poder	PL	%
PODER EXECUTIVO	1625.609.063	14,88
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	912.537.748	8,35
PODER JUDICIÁRIO	6.637.313.526	60,75
PODER LEGISLATIVO	1.750.269.132	16,02
TOTAL	10.925.729.469	100,00

R\$ 100

Fonte: BO

### Ações do PAC

O PLOA 2012 prevê a alocação de R\$ 928 milhões em ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, no âmbito desta Área Temática. O valor está integralmente alocado na Presidência da República, sendo R\$ 30 milhões na Secretaria de Aviação Civil e o restante, R\$ 898 milhões, na Secretaria de Portos, na esfera fiscal.

A maior parcela das dotações relativas ao PAC (R\$ 611,3 milhões) refere-se à participação da União no capital de empresas, especialmente as companhias Docas. A outra parte (R\$ 336,7 milhões) está programada para aplicação em dragagem, adequação da navegabilidade e outras melhorias nos portos marítimos.

### I.2.3 – Créditos Extraordinários e Especiais Aprovados nos Últimos Quatro Meses de 2011

Em atenção ao disposto no item 35.1.3 da Parte Especial do Parecer Preliminar, esclarecemos que foi aprovada a Lei nº 12.493, de 20 de setembro de 2011, relativa a abertura de crédito especial em favor de diversos órgãos desta Área Temática.

O crédito aberto soma R\$48.993.402,00 (quarenta e oito milhões, novecentos e noventa e três mil, quatrocentos e dois reais) e já foi considerado nos comparativos deste Relatório.

Além disso, tramitam no Congresso Nacional três projetos de lei sobre crédito especial, que poderão ser aprovados até o final deste exercício e impactar as programações da Área. A relação dos créditos, órgãos e unidades beneficiários, bem como dos respectivos impactos financeiros, consta do Anexo III deste Relatório.

O valor total dos créditos em apreciação soma R\$ 345,1 milhões, fracionados entre órgãos dos Poderes Judiciário e Executivo, no âmbito das três esferas orçamentárias. Desse valor, R\$ 9,2 milhões decorrem de excesso de arrecadação. A Diferença de R\$ 335,9 milhões corresponde a reprogramação das despesas, por meio do remanejamento de dotações.



### I.3 – EMENDAS APRESENTADAS

Foram apresentadas nesta Área 498 emendas, sendo 43 coletivas (39 de apropriação e 4 de remanejamento) e 455 individuais. Das coletivas, 18 foram apresentadas por bancadas estaduais e 25, por comissões permanentes. Das emendas individuais, 376 foram apresentadas por deputados federais e 79, por senadores.

No total, as emendas pretendem alocar R\$ 4.563,0 milhões, dos quais R\$ 4.373,4 milhões referentes às emendas coletivas (representando 95,8% do total) e R\$ 189,6 milhões referentes às emendas individuais (4,2%).

A tabela 8 detalha as emendas por tipo de autor, quantidade e montantes requeridos:

**Área Temática 8 - Poderes do Estado e Representação**  
PLOA 2012 - Emendas Apresentadas

Tabela 8 R\$ 100

Autor (Tipo)	Quantidade de emendas	Valor Solicitado
BANCADA ESTADUAL	18	1.144.030.000
COMISSÃO CÂMARA DOS DEPUTADOS	15	1.057.273.357
COMISSÃO SENADO FEDERAL	10	2.172.138.355
DEPUTADO FEDERAL	376	146.146.000
SENADOR	79	43.410.000
<b>Soma</b>	<b>498</b>	<b>4.562.997.712</b>

Fonte: BO

Em atenção aos objetos pretendidos nas demandas, cinco emendas coletivas (50250001, 50250003, 50250004, 50310008 e 71090017) tiveram de ser remanejadas desta Área para outros setores.

### I.4 – ATUAÇÃO DA RELATORIA

#### I.4.1 – Atendimento das Emendas

##### Recursos disponíveis

Os recursos para atendimento das emendas originaram-se, conforme demonstrado abaixo, de repasses efetuados pela Relatoria Geral, no valor de R\$ 532,5 milhões, dos quais R\$ 188,1 milhões destinados ao atendimento integral das emendas individuais e R\$ 344,4 milhões, ao atendimento parcial das emendas coletivas.

**ÁREA TEMÁTICA 08 – PODERES DO ESTADO E REPRESENTAÇÃO**  
PLOA 2012 - Repasses do Relator Geral para Atender Emendas

Tabela 9

Repasses do Relator-Geral	Valor (R\$1,00)
1 - para atender emendas individuais	188.106.000
2 - para atender emendas coletivas	344.425.924
<b>TOTAL</b>	<b>532.531.924</b>

Fonte: Coordenação Técnica do PLOA 2012

### **Corte nas programações constantes do projeto**

O montante de recursos transferido pela Relatoria Geral se mostrou insuficiente para atender o conjunto das demandas coletivas, apesar de, reconhecemos, ser superior à média transferida durante os últimos processos orçamentários. Neste ano, no entanto, as emendas são de grande mérito e os recursos disponibilizados não suprem a necessidade de conclusão de metas mínimas aceitáveis.

Em assim sendo, promovemos cortes pontuais em despesas de investimentos, com amparo no item 30 do Parecer Preliminar, Parte B. Nossa opção foi por realizar um corte linear de 5% (cinco por cento), de modo a não apenar gravemente as programações dos órgãos envolvidos. Estamos, em contrapartida, requerendo ao Senhor Relator Geral a recomposição das reduções efetivadas.

A diminuição incidiu somente em dotações com fonte 100 – Recursos Ordinários do Tesouro, GND 4 – Investimentos, Identificador de Uso 0 (zero) e nos RP 2 e 3 (despesa primária discricionária, inclusive PAC), cujos montantes fossem iguais ou superiores a R\$ 10,0 milhões.

O corte alcançou a cifra de R\$ 46,9 milhões, o que elevou a R\$ 391,3 milhões a disponibilidade total para atender as emendas coletivas.

### **Adequação das emendas e criação de ações novas**

Na elaboração dos pareceres, foram procedidos ajustes nas emendas apresentadas, com o propósito de adequá-las à boa técnica orçamentária e sanar erros ou defeitos de elaboração, mas sem alterar os objetivos pretendidos pelos autores.

De igual modo, foram saneados eventuais conflitos com a legislação que rege o processo, a elaboração e a execução do orçamento. Os subtítulos apresentados como atípicos, por exemplo, foram alocados em ações apropriadas, assim como foram objeto de redação e enquadramento adequados.

Sempre que possível e necessário, os gabinetes dos parlamentares autores das emendas foram consultados antes dos acertos; em alguns casos, a iniciativa de correção partiu do próprio autor da emenda. A exiguidade de tempo não nos permitiu abrir a discussão sobre todos os ajustes. Por isso mesmo, recomendamos a verificação atenta das alterações, a fim de que possam ser tempestivamente revistas, se for essa a vontade dos interessados.

Conforme o Anexo IV, foram incluídas 103 ações novas na programação, com vistas a acomodar emendas para ações não contempladas no PLOA original. Do Anexo constam os códigos e respectivas descrições.

### **Atendimento das emendas individuais**

Na análise preliminar de admissibilidade, nos termos do art. 70, III, “c”, da Resolução nº 1, de 2006-CN, e do item 8 da Seção II – Parte Dispositiva do Relatório do CAE, oito emendas demandaram especial atenção.

As emendas 21520010, 24130007 e 24150022 previam transferência de recursos da União para financiar gastos em tribunais de contas estaduais. Como se pode verificar, tais emendas contrariavam o art. 20, VI, da LDO 2012, o que as levaria à inadmissão. Oportunamente contactados, os autores solicitaram o remanejamento dos valores respectivos para outras emendas.

As emendas 27950008, 27950016, 27950017 e 27950018, por sua vez, pretendiam a transferência de recursos para entidades privadas por meio de ação imprópria. Nestes casos, havia contrariedade aos arts. 30 a 34 da LDO 2012, o que também as levaria à inadmissão. O gabinete do autor foi igualmente contactado, tendo sido solicitados os ajustes necessários, o que foi feito.

A emenda 35780017 objetiva transferir recursos para entidade eclesiástica. É manifesta a contrariedade ao art. 19, I, da Constituição Federal. Contactado o gabinete do autor, não houve qualquer manifestação até o fechamento deste Relatório para remanejar os recursos envolvidos. Nosso parecer é pela *inadmissibilidade* desta emenda.

Ao final, das 455 emendas individuais apresentadas, foram acolhidas e atendidas 451, tendo sido prejudicadas 3 emendas, em virtude do remanejamento dos valores para outras emendas dos respectivos autores; além de uma com voto pela inadmissão. Em termos orçamentários, o total do atendimento somou R\$ 187.106.000,00 (cento e oitenta e sete milhões, cento e seis mil reais).

### **Atendimento das emendas coletivas**

O relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE sobre as emendas coletivas não havia sido aprovado pela CMO, até a assinatura deste Relatório. De todo modo, estamos seguindo o posicionamento daquele Comitê, divulgado no sítio da CMO na *internet*.

Quanto à aprovação das emendas, primeiro nos reportamos às de *remanejamento*, que somente podem ser atendidas com as fontes indicadas em cada pleito, por força do disposto na Resolução nº 1, de 2006-CN (art. 38).

Depois das transferências entre setores, restaram quatro emendas desse tipo nesta Área (emendas 50170003, 71070017, 71080007 e 71210014). Destas, a emenda 71070017 é a única a contar com parecer pela inadmissibilidade no relatório do CAE, razão pela qual deixa de ser por nós analisada.

A emenda 50170003, de autoria da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, pretende remanejar recursos no âmbito do órgão 20000 – Presidência da República. Para atender seu objetivo, cancela-se dotações na unidade 20101 – Presidência da República, ação 2017 – Publicidade Institucional (R\$30,0 milhões); na unidade 20114 – Advocacia-Geral da União, ação 8904 – Sistema Informatizado da Advocacia-Geral da União (R\$10,0 milhões) e na unidade 20415 – Empresa Brasil de Comunicação S.A. – EBC, ação 20B5 – Fortalecimento do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação (R\$10,0 milhões), para reforçar em R\$ 50,0 milhões a ação 2217 - Coordenação Nacional da Pesquisa Econômica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

No mérito, votamos pela aprovação parcial dessa emenda. Reconhecemos as necessidades orçamentárias do IPEA, mas a fórmula pretendida desorganiza as programações das unidades atingidas. Segundo essas unidades, prejudica o regular funcionamento dos órgãos, inviabiliza o cumprimento de contratos já firmados e o alcance das metas traçadas para o exercício. Assim sendo, estamos atendendo a emenda com R\$2,0 milhões, sendo R\$1,0 milhão decorrente de cancelamento na Presidência (ação 2017) e R\$500,0 mil em cada uma das demais programações indicadas para cancelamento (ações 8904 e 20B5).

A emenda 71080007, de autoria da Bancada do Distrito Federal, tem por finalidade o remanejamento de R\$ 3,05 milhões no âmbito do TSE, para incluir no PLOA 2012 dotações destinadas à construção da sede do Tribunal em Brasília. Votamos pela aprovação da emenda, uma vez que o próprio TSE é favorável ao pleito.

Por último, a emenda 71210014, da Bancada do Rio Grande do Norte, prevê o remanejamento de R\$ 200,0 mil no âmbito da Secretaria de Portos, para possibilitar a elaboração de estudos de implantação do novo porto em Natal – RN. Aqui também estamos votando pela aprovação da emenda, pelo seu mérito.

No que se refere às emendas coletivas de *apropriação*, das 39 originalmente apresentadas, restaram 34 para nossa análise. Examinando-as, pudemos concluir que todas as propostas merecem acolhimento de nossa parte.

Como é sabido, não temos fontes suficientes para atendê-las na integralidade. Assim, na difícil tarefa de alocar os poucos valores à nossa disposição, nos orientamos basicamente pelo nosso julgamento do mérito e pela manifestação dos autores das emendas e dos órgãos beneficiários das programações contempladas.

Nessa linha, optamos por estabelecer e alocar, em emendas que poderiam receber um tratamento conjunto, o valor médio de R\$ 10,0 milhões em cada uma de seis emendas, R\$ 7,0 milhões em outras seis, R\$15,0 milhões em

quatro, R\$ 5,0 milhões em três, R\$ 16,0 em duas, R\$ 12,0 milhões em outras duas e R\$ 4,0 milhões em mais duas.

As nove emendas restantes foram atendidas conforme suas particularidades. Cada qual foi contemplada com quantias que variam de R\$ 3,0 milhões a R\$ 30,0 milhões. As favorecidas com maior valor, em especial, nos pareceram fortemente fundamentadas e em condições de implementação tão logo se inicie o exercício financeiro de 2012, propiciando a oferta de políticas públicas em breve espaço de tempo.

Todas as emendas coletivas de apropriação poderão, ao final, receber maiores somas, seja por conta de eventual reestimativa positiva da receita, seja por força da distribuição a que se refere o inciso III do art. 57 da Resolução nº 1, de 2006-CN. Estamos desde logo pleiteando à Relatoria Geral os recursos necessários para acrescer os atendimentos ora realizados.

Esta Relatoria utilizou a totalidade dos recursos disponíveis, de modo que não há fontes para atender eventuais destaques.

#### **I.4.2 – Obras com Indícios de Irregularidades Graves**

Constam do Anexo VI do PLOA 2012 – Relação das Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves duas obras relativas a esta Área Temática.

A primeira refere-se à construção da sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, inquinada pelo “risco de dano ao erário no encontro de contas resultante da rescisão de contrato”. O custo estimado dessa obra, sob código 02.122.0569.11RV.0101, soma R\$ 479,8 milhões. Foram alocados R\$ 50 milhões na programação para essa despesa, a qual consta sob o subtítulo “0103” no sequencial 150 do programa de trabalho da unidade orçamentária 12102 – Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

No seu mais recente relatório encaminhado ao Congresso Nacional, o TCU excluiu esse subtítulo da relação das obras com indícios de irregularidade, razão pela qual a execução poderá ser regularmente retomada. Não há, por conseguinte, necessidade de indicação à CMO para votação em separado, no termos em que dispõe o inciso II do art. 70 da Resolução nº 1, de 2006-CN.

A segunda, inquinada pelo mesmo vício, refere-se à reforma e ampliação do aeroporto internacional de Guarulhos, executadas nos subtítulos 26.781.0631.10Z3.0035 (construção de pista de táxi) e 26.781.0631.1J99.0035 (adequação e ampliação do sistema de pistas e pátios). O custo estimado desses empreendimentos, a cargo da unidade orçamentária 52212 - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, soma R\$ 270,4 milhões. Também não há necessidade de indicação para votação em separado, uma vez que os subtítulos não foram programados para 2012.

## **I.5 – INDICAÇÕES À RELATORIA GERAL**

Tendo em vista a impossibilidade legal em relação a determinadas matérias e a escassez de recursos com que esta Relatoria Setorial trabalhou, o que não nos permitiu atender plenamente todos os pleitos, indicamos e solicitamos ao Relator Geral:

a) alocar valores na emenda 50120002, a fim de recompor as dotações do Fundo Partidário, pelo menos até o montante autorizado no corrente exercício de 2011 (R\$ 307,3 milhões), corrigido monetariamente pelos índices oficiais;

b) alocar recursos nas demais emendas coletivas de apropriação apresentadas nesta Área, para acrescer os valores atendidos;

c) recompor as dotações que sofreram o corte efetivado por esta Relatoria Setorial;

d) corrigir o código do subtítulo da obra do TRF 1ª Região, a que se refere o item I.4.2., para que conste “0101” no subtítulo da programação, e não “0103” como está, para atender o que preceitua o § 5º do art. 91 da LDO 2012;

e) trocar a fonte de recursos das despesas de pessoal, de fonte condicionada para fontes livres;

f) havendo pedido do interessado e visando atendê-lo no montante a que se refere o item 10 da Parte B do Parecer Preliminar, alocar R\$ 1,0 milhão em favor do autor da emenda individual cujo voto é pela inadmissibilidade; e

g) alocar valores nas emendas coletivas de apropriação que, embora não tenham sido analisadas nesta Área Temática, destinam recursos para alterações de estrutura de carreiras e aumento da remuneração da magistratura, dos membros do Ministério Público e dos servidores dos Poderes Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público da União.

## **I.6 - Considerações finais**

Encontram-se em tramitação no Congresso Nacional diversos projetos de lei sobre a concessão de aumento de remuneração para magistrados e membros do Ministério Público e para alteração de estruturas de carreiras dos servidores do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União. Os reajustes pleiteados são justificados basicamente pela necessidade de recompor a corrosão salarial decorrente da inflação.

Fomos procurados por representantes da magistratura e dos procuradores, assim como por lideranças dos servidores beneficiários, em defesa da aprovação dos projetos.

Contudo, conforme alertado pelas Consultorias de orçamento, não está na nossa esfera de competência (itens 17.1.4. e 36.3. do Parecer Preliminar) analisar as programações de pessoal e encargos sociais, ainda que relativas a órgãos abrangidos por esta Área Temática. Essa impossibilidade material não nos impede, no entanto, de atuar junto à Relatoria Geral, no sentido de que contemple, segundo as disponibilidades de fontes, essas demandas.

## **II – VOTO DO RELATOR**

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 28, de 2011-CN, na parte abrangida pela Área Temática VIII – Poderes do Estado e Representação, com as alterações propostas neste Relatório, considerando o voto pela inadmissão da emenda individual 35780017.

Sala da Comissão, em 06 de dezembro de 2011.

**Senador INÁCIO ARRUDA**  
**Relator**

**Setor: 08 - PODERES DO ESTADO E REPRESENTAÇÃO**  
**Órgãos e Unidades Orçamentárias - PLOA 2012**

ANEXO I

PODER LEGISLATIVO	
Órgão	Unidade Orçamentária
01000 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	01101 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
	01901 - FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
02000 - SENADO FEDERAL	02101 - SENADO FEDERAL
03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	03101 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
PODER JUDICIÁRIO	
Órgão	Unidade Orçamentária
10000 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	10101 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
	11010 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
11000 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	12101 - JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
	12102 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A. REGIÃO
	12103 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REGIÃO
	12104 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A. REGIÃO
	12105 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4A. REGIÃO
	12106 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A. REGIÃO
12000 - JUSTIÇA FEDERAL	
13000 - JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	13101 - JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
	14101 - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
14000 - JUSTIÇA ELEITORAL	14102 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE
	14103 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
	14104 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS
	14105 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
	14106 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
	14107 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL
	14108 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO
	14109 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS
	14110 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
	14111 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO
	14112 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
	14113 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
	14114 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ
	14115 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA
	14116 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
	14117 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
	14118 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
	14119 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
	14120 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
	14121 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL
	14122 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
	14123 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
	14124 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO
	14125 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
	14126 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE TOCANTINS
	14127 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA
	14128 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
	14901 - FUNDO PARTIDÁRIO



	15101 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
	15102 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1A. REGIÃO - RIO DE JANEIRO
	15103 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A. REGIÃO - SÃO PAULO
	15104 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3A. REGIÃO - MINAS GERAIS
	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4A. REGIÃO - RIO GRANDE DO SUL
	15106 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A. REGIÃO - BAHIA
	15107 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6A. REGIÃO - PERNAMBUCO
	15108 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7A. REGIÃO - CEARÁ
	15109 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8A. REGIÃO - PARÁ/AMAPÁ
	15110 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A. REGIÃO - PARANÁ
	15111 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A. REGIÃO - DISTRITO FEDERAL/TOCANTINS
	15112 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11A. REGIÃO - AMAZONAS/RORAIMA
15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO	15113 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12A. REGIÃO - SANTA CATARINA
	15114 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13A. REGIÃO - PARAÍBA
	15115 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14A. REGIÃO - RONDÔNIA/ACRE
	15116 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A. REGIÃO - CAMPINAS/SP
	15117 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16A. REGIÃO - MARANHÃO
	15118 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17A. REGIÃO - ESPÍRITO SANTO
	15119 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18A. REGIÃO - GOIÁS
	15120 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19A. REGIÃO - ALAGOAS
	15121 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20A. REGIÃO - SERGIPE
	15122 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21A. REGIÃO - RIO GRANDE DO NORTE
	15123 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22A. REGIÃO - PIAUÍ
	15124 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23A. REGIÃO - MATO GROSSO
	15125 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24A. REGIÃO - MATO GROSSO DO SUL
16000 - JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS	16101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL
	16103 - JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	17101 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO		
Órgão	Unidade Orçamentária	
34000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	34101 - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	
	34102 - MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR	
	34103 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS	
	34104 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	
	34105 - ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	
59000 - CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	59101 - CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
PODER EXECUTIVO		
Órgão	Unidade Orçamentária	
20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	20101 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	
	20102 - GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	
	20107 - SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL	
	20114 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	
	20118 - AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - ABIN	
	20121 - SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS	
	20122 - SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	
	20125 - CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO	
	20126 - SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	
	20128 - SECRETARIA DE PORTOS	
	20204 - INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ITI	
	20205 - COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - CDC	
	20206 - COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA	
	20207 - COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA	
	20208 - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP	
	20210 - COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP	
	20211 - COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ	
	20212 - COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN	
	20213 - EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO	
	20214 - AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC	
	20225 - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA	
	20415 - EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A. - EBC	
	20927 - FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL	
	20928 - FUNDO NACIONAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE - FNCA	
	20929 - FUNDO NACIONAL DO IDOSO - FNI	
	20930 - FUNDO NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - FNAC	
	35000 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	35101 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
		35201 - FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Fonte: Siga Brasil

**Setor: 08 - PODERES DO ESTADO E REPRESENTAÇÃO**  
**Investimentos das Estatais - PLOA 2012**

**ANEXO II**

**20205 - COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - CDC**

R\$ 1,00

Programa (Cod/Desc)	Ação (Cod/Desc)	PLOA
0807 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS	4101 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	400.000
	4102 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	400.000
	4103 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO	1200.000
2074 - TRANSPORTE MARÍTIMO	12LM - CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE CONTAINERES, NO PORTO DE FORTALEZA (CE)	18.500.000
	12LO - IMPLANTAÇÃO DE TERMINAL MARÍTIMO DE PASSAGEIROS, NO PORTO DE FORTALEZA (CE)	79.500.000
	142Z - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE ACOSTAGEM, DE MOVIMENTAÇÃO E ARMAZENAGEM DE CARGAS, NO PORTO DE FORTALEZA (CE)	1500.000
	143A - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES GERAIS E DE SUPRIMENTOS, NO PORTO DE FORTALEZA (CE)	2.600.000
	147D - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE CIRCULAÇÃO DO PORTO DE FORTALEZA (CE)	200.000
	147E - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE PROTEÇÃO À ATRACAÇÃO E OPERAÇÃO DE NAVIOS, NO PORTO DE FORTALEZA (CE)	1500.000
	14KJ - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE APOIO À GESTÃO DE TRÁFEGO DE NAVIOS	2.000.000
	14KL - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE APOIO AO GERENCIAMENTO DA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA	500.000
	14KM - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA PORTUÁRIO DE MONITORAMENTO DE CARGAS E DA CADEIA LOGÍSTICA.	1000.000
	20HL - ESTUDOS E PROJETOS PARA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA	750.000
	20HM - ESTUDOS PARA O PLANEJAMENTO DO SETOR PORTUÁRIO	250.000
<b>Total</b>		<b>110.300.000</b>

**20206 - COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA**

R\$ 1,00

Programa (Cod/Desc)	Ação (Cod/Desc)	PLOA
0807 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS	4101 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	500.000
	4102 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1000.000
	4103 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO	2.000.000
2074 - TRANSPORTE MARÍTIMO	12LJ - ESTUDOS E PROJETOS PARA IMPLANTAÇÃO DO PORTO DE ÁGUAS PROFUNDAS (ES)	5.000.000
	143B - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE ACOSTAGEM, DE MOVIMENTAÇÃO E ARMAZENAGEM DE CARGAS, NO PORTO DE VITÓRIA (ES)	1840.000
	143D - CONSTRUÇÃO DE CAIS NA REGIÃO DOS DOLFINOS DO ATALIAIA, NO PORTO DE VITÓRIA (ES)	16.000.000
	143F - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE CIRCULAÇÃO NO PORTO DE VITÓRIA (ES)	17.823.443
	143G - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES GERAIS E DE SUPRIMENTOS, NO PORTO DE VITÓRIA (ES)	8.729.120
	14KJ - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE APOIO À GESTÃO DE TRÁFEGO DE NAVIOS	2.000.000
	14KL - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE APOIO AO GERENCIAMENTO DA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA	750.000
	14KM - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA PORTUÁRIO DE MONITORAMENTO DE CARGAS E DA CADEIA LOGÍSTICA.	1500.000
	20HL - ESTUDOS E PROJETOS PARA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA	2.000.000
	20HM - ESTUDOS PARA O PLANEJAMENTO DO SETOR PORTUÁRIO	1000.000
	3E79 - OBRAS DE CONTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CAIS DO PORTO DE VITÓRIA (ES)	56.061900
<b>Total</b>		<b>115.204.463</b>

## 20207 - COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA

R\$ 1,00

Programa (Cod/Desc)	Ação (Cod/Desc)	P LOA
0807 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS	4101 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	4.000.000
	4102 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1500.000
	4103 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO	1500.000
2074 - TRANSPORTE MARÍTIMO	12LK - AMPLIAÇÃO DO QUEBRAMAR, NO PORTO DE SALVADOR (BA)	8.000.000
	12LL - IMPLANTAÇÃO DE TERMINAL MARÍTIMO DE PASSAGEIROS, NO PORTO DE SALVADOR (BA)	26.000.000
	143I - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE ACOSTAGEM, DE MOVIMENTAÇÃO E ARMAZENAGEM DE CARGAS, NO PORTO DE SALVADOR (BA)	5.675.680
	143J - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE ACOSTAGEM, DE MOVIMENTAÇÃO E ARMAZENAGEM DE CARGAS, NO PORTO DE ARATU (BA)	6.946.280
	143L - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE CIRCULAÇÃO NO PORTO DE ARATU (BA)	7.000.000
	143O - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE PROTEÇÃO À ATRACAÇÃO E OPERAÇÃO DE NAVIOS, NO PORTO DE SALVADOR (BA)	1020.000
	143Q - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE PROTEÇÃO À ATRACAÇÃO E OPERAÇÃO DE NAVIOS, NO PORTO DE ARATU (BA)	2.000.000
	143R - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE PROTEÇÃO À ATRACAÇÃO E OPERAÇÃO DE NAVIOS, NO PORTO DE ILHÉUS (BA)	4.850.000
	143S - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES GERAIS E DE SUPRIMENTOS, NO PORTO DE SALVADOR (BA)	2.124.464
	143U - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES GERAIS E DE SUPRIMENTOS, NO PORTO DE ILHÉUS (BA)	300.000
	143V - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES GERAIS E DE SUPRIMENTOS, NO PORTO DE ARATU (BA)	1000.000
	14KJ - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE APOIO À GESTÃO DE TRÁFEGO DE NAVIOS	2.000.000
	14KL - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE APOIO AO GERENCIAMENTO DA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA	550.000
	14KM - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA PORTUÁRIO DE MONITORAMENTO DE CARGAS E DA CADEIA LOGÍSTICA.	1000.000
	20HL - ESTUDOS E PROJETOS PARA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA	2.852.982
	20HM - ESTUDOS PARA O PLANEJAMENTO DO SETOR PORTUÁRIO	2.500.000
<b>Total</b>		<b>80.819.406</b>

## 20208 - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP

R\$ 1,00

Programa (Cod/Desc)	Ação (Cod/Desc)	P LOA
0807 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS	4102 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	6.000.000
	4103 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO	5.000.000
2074 - TRANSPORTE MARÍTIMO	122T - ESTUDOS E PROJETOS DE INFRAESTRUTURA DE ACESSOS TERRESTRES DO PORTO DE SANTOS (SP)	10.000.000
	12LQ - REFORÇO DE CAIS PARA APROFUNDAMENTO DOS BERÇOS ENTRE OS ARMAZÉNS 12 E 23, NO PORTO DE SANTOS (SP)	37.190.000
	12LR - ADEQUAÇÃO DO CAIS PARA TERMINAL DE PASSAGEIROS, NO PORTO DE SANTOS (SP)	88.400.000
	12LS - CONSTRUÇÃO DE 2 PIERES DE ATRACAÇÃO E DE PONTE DE ACESSO NO TERMINAL DA ALAMOIA, NO PORTO DE SANTOS (SP)	7.200.000
	12NJ - REFORÇO DO PIER DE ACOSTAGEM NO TERMINAL DA ALAMOIA, NO PORTO DE SANTOS (SP)	20.000.000
	12NK - REFORÇO DOS BERÇOS DE ATRACAÇÃO DA ILHA DE BARNABÉ, NO PORTO DE SANTOS (SP)	15.000.000
	143Y - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES GERAIS E DE SUPRIMENTOS, NO PORTO DE SANTOS (SP)	37.015.328
	14KM - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA PORTUÁRIO DE MONITORAMENTO DE CARGAS E DA CADEIA LOGÍSTICA.	2.000.000
	1C66 - IMPLANTAÇÃO DA AVENIDA PERIMETRAL PORTUÁRIA NO PORTO DE SANTOS - NO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ (SP)	44.078.863
	1C67 - IMPLANTAÇÃO DA AVENIDA PERIMETRAL PORTUÁRIA NO PORTO DE SANTOS - NO MUNICÍPIO DE SANTOS (SP)	14.111.751
3E69 - REMOÇÃO DE DESTROÇOS NO CANAL DE ACESSO AO PORTO DE SANTOS (SP)	9.000.000	
<b>Total</b>		<b>294.995.942</b>

## 20210 - COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP

R\$ 1,00

Programa (Cod/Desc)	Ação (Cod/Desc)	P LOA
0807 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS	3286 - INSTALAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1.000.000
	4102 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	500.000
	4103 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO	2.000.000
2074 - TRANSPORTE MARÍTIMO	100K - DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO DOS BERÇOS INTERNOS DOS PIÉRES 102, 202 E 302 DO PORTO DE VILA DO CONDE (PA)	15.000.000
	11WH - ESTUDOS E PROJETOS PARA CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE MÚLTIPLO USO, NO PORTO DE VILA DO CONDE (PA)	2.000.000
	11X0 - AMPLIAÇÃO DO PIER PRINCIPAL, A LARGAMENTO DO BERÇO 302 E DUPLICAÇÃO DA PONTE DE ACESSO, NO PORTO DE VILA DO CONDE (PA)	25.810.000
	12L7 - AMPLIAÇÃO DO TERMINAL DE MÚLTIPLO USO 1, NO PORTO DE SANTARÉM (PA)	3.200.000
	12L8 - CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE MÚLTIPLO USO 2, NO PORTO DE SANTARÉM (PA)	5.400.000
	144A - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE ACOSTAGEM, DE MOVIMENTAÇÃO E ARMAZENAGEM DE CARGAS, NO TERMINAL DE MIRAMAR (PA)	3.900.000
	144E - ADEQUAÇÃO DA INSTALAÇÕES DE CIRCULAÇÃO NO TERMINAL DE MIRAMAR (PA)	1.200.000
	144J - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE PROTEÇÃO À ATRACAÇÃO E OPERAÇÃO DE NAVIOS, NO PORTO DE BELÉM (PA)	1.000.000
	144K - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE PROTEÇÃO À ATRACAÇÃO E OPERAÇÃO DE NAVIOS, NO PORTO DE VILA DO CONDE (PA)	1.000.000
	144L - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE PROTEÇÃO À ATRACAÇÃO E OPERAÇÃO DE NAVIOS, NO TERMINAL DE OUTEIRO (PA)	500.000
	144R - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES GERAIS E DE SUPRIMENTOS, NO PORTO DE BELÉM (PA)	1.000.000
	144T - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES GERAIS E DE SUPRIMENTOS, NO TERMINAL DE MIRAMAR (PA)	8.000.000
	144U - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES GERAIS E DE SUPRIMENTOS, NO PORTO DE SANTARÉM (PA)	600.000
	144V - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES GERAIS E DE SUPRIMENTOS, NO PORTO DE VILA DO CONDE (PA)	500.000
	144W - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES GERAIS E DE SUPRIMENTOS, NO TERMINAL DE OUTEIRO (PA)	4.200.000
	14KL - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE APOIO AO GERENCIAMENTO DA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA	850.000
	20HL - ESTUDOS E PROJETOS PARA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA	2.200.000
20HM - ESTUDOS PARA O PLANEJAMENTO DO SETOR PORTUÁRIO	1.300.000	
<b>Total</b>		<b>81.160.000</b>

## 20211 - COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

R\$ 1,00

Programa (Cod/Desc)	Ação (Cod/Desc)	P LOA
0807 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS	4101 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	8.900.000
	4102 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.000.000
	4103 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO	1.500.000
2074 - TRANSPORTE MARÍTIMO	11HG - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DEFENSAS, NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)	1.358.000
	12LG - REFORÇO ESTRUTURAL DO CAIS DA GAMBOA, NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)	96.000.000
	12LI - IMPLANTAÇÃO DE PIÉRES DE ATRACAÇÃO PARA TERMINAIS DE PASSAGEIROS, NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)	211.000.000
	144X - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE ACOSTAGEM, DE MOVIMENTAÇÃO E ARMAZENAGEM DE CARGAS, NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)	2.500.000
	144Y - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE CIRCULAÇÃO NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)	1.400.725
	144Z - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE CIRCULAÇÃO NO PORTO DE ITAGUAÍ (RJ)	19.797.676
	145B - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES GERAIS E DE SUPRIMENTOS, NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)	118.103
	145D - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES GERAIS E DE SUPRIMENTOS, NO PORTO DE ITAGUAÍ (RJ)	8.314.890
	14KJ - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE APOIO À GESTÃO DE TRÁFEGO DE NAVIOS	3.000.000
	14KL - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE APOIO AO GERENCIAMENTO DA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA	1.850.000
	14KM - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA PORTUÁRIO DE MONITORAMENTO DE CARGAS E DA CADEIA LOGÍSTICA.	1.500.000
	20HM - ESTUDOS PARA O PLANEJAMENTO DO SETOR PORTUÁRIO	7.867.876
7376 - DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO CANAL DE ACESSO E NA BACIA DE EVOLUÇÃO DO PORTO DE ITAGUAÍ (RJ)	1.448.298	
7390 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE SINALIZAÇÃO NÁUTICA, NO PORTO DE ITAGUAÍ (RJ)	1.760.000	
<b>Total</b>		<b>382.015.468</b>

## 20212 - COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

R\$ 1,00

Programa (Cod/Desc)	Ação (Cod/Desc)	P LOA
0807 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS	4102 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	467.340
	4103 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO	263.050
2074 - TRANSPORTE MARÍTIMO	12LN - CONSTRUÇÃO DO BERÇO 4, NO PORTO DE NATAL (RN)	5.600.000
	12LP - IMPLANTAÇÃO DE TERMINAL MARÍTIMO DE PASSAGEIROS, NO PORTO DE NATAL (RN)	30.541.869
	145H - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES GERAIS E DE SUPRIMENTOS, NO PORTO DE NATAL (RN)	4.508.556
	145U - ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES GERAIS E DE SUPRIMENTOS, NO TERMINAL SALINEIRO DE AREIA BRANCA (RN)	3.000.000
	20HL - ESTUDOS E PROJETOS PARA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA	1.000.000
	20HM - ESTUDOS PARA O PLANEJAMENTO DO SETOR PORTUÁRIO	500.000
<b>Total</b>		<b>45.880.815</b>

## 20213 - EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO

R\$ 1,00

Programa (Cod/Desc)	Ação (Cod/Desc)	P LOA
0807 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS	4102 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	16.014.122
	4103 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO	48.574.212
2017 - AVIAÇÃO CIVIL	1029 - REFORMA E ADEQUAÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS 1 DO AEROPORTO INTERNACIONAL EDUARDO GOMES - MANAUS (AM)	13.183.926
	10ZA - ADEQUAÇÃO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS - TANCREDO NEVES (MG)	15.172.650
	10ZB - CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS 2 DO AEROPORTO INTERNACIONAL PINTO MARTINS - FORTALEZA (CE)	82.265.238
	10ZC - REFORMA E AMPLIAÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE FOZ DO IGUAÇU (PR)	38.191.016
	10ZD - CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE PASSAGEIROS NO AEROPORTO DE SANTARÉM - MAESTRO WILSON FONSECA (PA)	3.000.000
	10ZE - CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE PASSAGEIROS E PATIO DE AERONAVES NO AEROPORTO DE TERESINA - SENADOR PETRÔNIO PORTELLA (PI)	7.258.000
	12LD - ADEQUAÇÃO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SALVADOR - DEP. LUIS EDUARDO MAGALHÃES (BA)	12.354.081
	12LF - ADEQUAÇÃO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO ALEGRE - SALGADO FILHO (RS)	74.536.269
	145V - AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO AEROPORTO DE ARAÇAJU (SE)	42.430.000
	145X - ADEQUAÇÃO DO AEROPORTO DE MACAÉ (RJ)	14.632.703
	1F52 - ADEQUAÇÃO DO AEROPORTO DE GOIÂNIA (GO)	5.1810.401
	1F53 - CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE PASSAGEIRO NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE MACAPÁ - ALBERTO ALCOLUMBRE (AP)	2.523.763
	1F54 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS E DO SISTEMA DE PISTAS E PÁTIOS DO AEROPORTO DO RIO DE JANEIRO - SANTOS DUMONT (RJ)	14.292.440
	1F55 - CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE PISTA, PÁTIO E ACESSOS DO AEROPORTO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE (RN)	23.696.260
	1F56 - CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS, DE SISTEMAS DE PISTAS E PÁTIOS, DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS E ACESSO VIÁRIO NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE FLORIANÓPOLIS (SC)	45.161.912
	1F59 - ADEQUAÇÃO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK (DF)	13.184.1561
	1J93 - ADEQUAÇÃO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CURITIBA - AFONSO PENA (PR)	24.423.207
	1J95 - ADEQUAÇÃO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VITÓRIA - EURICO DE AGUIAR SALLES (ES)	52.996.734
	1J98 - ADEQUAÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CUIABÁ (MT)	32.622.033
	1M31 - ADEQUAÇÃO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SAO PAULO/GUARULHOS - GOVERNADOR ANDRÉ FRANCO MONTORO (SP)	270.549.055
	4099 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	344.396.798
	7H34 - ADEQUAÇÃO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CAMPINAS - VIRACOPOS (SP)	48.160.461
	7J01 - ADEQUAÇÃO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DO RIO DE JANEIRO/GALEÃO - ANTONIO CARLOS JOBIM (RJ)	200.408.981
2058 - POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA	2041 - MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO AO VOO	14.1959.77
<b>Total</b>		<b>2.007.685.000</b>

Fonte: Siga Brasil

CRÉDITOS ESPECIAIS EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL							
ÚLTIMOS QUATRO MESES DE 2011 - ÁREA VIII - PODERES DO ESTADO E REPRESENTAÇÃO							
ANEXO III							
PLN	ÓRGÃO E UO BENEFICIÁRIOS	VALOR (R\$ 1,00)	GND	R P	PROGRAMA	FONTE DE RECURSOS	
45	PRES. DA REPÚBLICA	20.118	9.000.000	3/4	2	0641 - Inteligência Federal	Superávit financeiro de 2010
	MRE	35.101	200.100.000	3/4	2	0683 - Gestão da Política Externa	Superávit financeiro de 2010
50	JUSTIÇA FEDERAL	12.101	13.711.240	4/5	2	0569 - Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	Anulação parcial de dotação
	JUSTIÇA ELEITORAL	14.105	2.772.500	4	2	0570 - Gestão do Processo Eleitoral	Anulação parcial de dotação
		14.109	1.184.000	4	2	0570 - Gestão do Processo Eleitoral	Anulação parcial de dotação
		14.110	455.618	4	2	0570 - Gestão do Processo Eleitoral	Anulação parcial de dotação
		14.113	454.000	5	2	0570 - Gestão do Processo Eleitoral	Anulação parcial de dotação
		14.117	62.500	4	2	0570 - Gestão do Processo Eleitoral	Anulação parcial de dotação
		14.120	460.000	4	2	0570 - Gestão do Processo Eleitoral	Anulação parcial de dotação
		14.121	6.000.000	5	2	0570 - Gestão do Processo Eleitoral	Anulação parcial de dotação
	JUSTIÇA DO TRABALHO	15.105	1.000.000	4	2	0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista	Excesso de arrecadação
		15.111	1.202.482	4	2	0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista	Excesso de arrecadação
		15.116	3.497.379	4	2	0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista	Excesso de arrecadação
		15.122	3.481.240	4	2	0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista	Excesso de arrecadação
		15.124	3.270.892	4	2	0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista	Anulação parcial de dotação
	MPU	34.101	59.693.682	5	2	0581 - Defesa da Ordem Jurídica	Anulação parcial de dotação
		34.102	950.000	4/5	2	0581 - Defesa da Ordem Jurídica	Anulação parcial de dotação
		34.104	10.000.000	4	2	0581 - Defesa da Ordem Jurídica	Anulação parcial de dotação
	MRE	35.101	8.000.000	5	2	1264 - Relações e Negociações do Brasil no Exterior e Atendimento Consular	Anulação parcial de dotação
54	PRES. DA REPÚBLICA	20.210	3.400.000	4	2	0807 - Investimentos das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio	Anulação parcial de dotação
		20.213	16.394.253	4	2	0631 - Desenvolvimento da Infraestrutura Aeroportuária	Anulação parcial de dotação
<b>Total dos Créditos</b>		<b>345.089.786</b>					
Fonte: CMO							

ÁREA TEMÁTICA 08 - AÇÕES INCLuíDAS NO PLOA 2012

Anexo IV

Cód	Descrição
10E	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM BOA VISTA - RR
11KU	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM JOINVILLE - SC
122E	DRAGAGEM E ADEQUAÇÃO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE SANTOS (SP)
120X	REFORMA E AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM BOA VISTA - RR
12PN	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO POSTO AVANÇADO TRABALHISTA DE JUARA - MT
12RA	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA SEÇÃO JUDICIÁRIA EM BOA VISTA - RR
12RQ	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM BARRA DO GARÇAS - MT
12RS	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM DIAMANTINO - MT
12RX	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM ARARAQUARA - SP
12S2	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM SOROCABA - SP
12SJ	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM POUSO ALEGRE - MG
12SR	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM CÁCERES - MT
12V	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE MURIAÉ - MG
133B	AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE JOÃO MONLEVADE - MG
133E	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM TRABALHISTA DE MONTES CLAROS - MG
133Q	AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE PEDRO LEOPOLDO - MG
136U	REFORMA E ADAPTAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM TRABALHISTA DE CAMPO GRANDE - MS
13CH	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - PB
13GP	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM TRABALHISTA DE ALAGOINHAS - BA
148M	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL - AC
149N	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA DE FREITAS - BA
149R	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE ITABUNA - BA
14CJ	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE VIGIA - PA
14CM	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE TOMÉAÇU - PA
14CN	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE JACUNDÁ - PA
14CT	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE TAILÂNDIA - PA
14CV	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE SÃO FELIX DO XINGU - PA
14CW	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA - PA
14CZ	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA - PA
14D3	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO PARÁ - PA
14DJ	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE WENCESLAUBRAZ - PR
14DM	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE TIBAGI - PR
14DP	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE GUARANIAÇU - PR
14DR	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE REBOUÇAS - PR
14DS	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS - PR
14DT	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU - PR
14DU	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE ALTO PARANÁ - PR
14DV	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE CANDIDO DE ABREU - PR
14DW	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL - PR
14DY	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE TERRA BOA - PR
14DZ	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ - PR
14E4	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE SALTO DO LONTRA - PR
14E5	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE PEABIRU - PR
14E6	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE URAI - PR
14E7	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - PR
14E8	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE ENGENHEIRO BELTRÃO - PR
14E9	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE CAMBARÁ - PR
14EA	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE ORTIGUEIRA - PR
14ED	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE ALTÔNIA - PR
14EE	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE TERRA RICA - PR
14EF	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE TOMAZINA - PR
14EM	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE MAMBORÉ - PR
14EN	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE IPORA - PR
14EQ	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE MORRETES - PR
14ET	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO - PE
14EX	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE AFOGADOS DA INGAZEIRA - PE
14H4	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM - RN
14H5	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE ÁREA BRANCA - RN
14H7	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE APODI - RN
14H9	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE NATAL - RN
14HB	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE NOVA CRUZ - RN
14HX	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO - SE
14HY	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE ARAGUATINS - TO
14I0	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE GUARAI - TO
14I2	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE MIRANORTE - TO
14I3	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE PALMAS - TO
14I7	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÇU - TO
14I0	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE BAYEUX - PB
14JR	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE ALAGOA NOVA - PB
1A66	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM SINOP - MT
1U08	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM NAVIRAI - MS
5269	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM CUIABÁ - MT
5439	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIOS ELEITORAIS
725	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL EM BRASÍLIA
7E41	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM GUANAMBI - BA
7H63	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BARREIRAS - BA
7J62	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA EM CAMPO FORMOSO - BA
7R91	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM JUAZEIRO - BA
7R92	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-ANEXO DA JUSTIÇA FEDERAL EM ARAPIRACA - AL
7R93	AQUISIÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DO TRABALHO EM SANTO ANTÔNIO DE JESUS - BA
7R94	AQUISIÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DO TRABALHO EM CAMPO MOURÃO - PR
7R95	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DO TRABALHO EM PATOS - PB
7R96	AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO EM JOÃO PESSOA - PB
7R97	AQUISIÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO EM MACEIÓ - AL
7R98	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-ANEXO DA PROCURADORIA DO TRABALHO EM FEIRA DE SANTANA - BA
7R99	AQUISIÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DO TRABALHO EM VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
7S01	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DO TRABALHO EM RECIFE - PE
7S02	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM TRABALHISTA DE MARABÁ - PA
7S03	AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM TRABALHISTA DE MACAPÁ - AP
7S04	REFORMA, ADAPTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DO TRABALHO EM JUAZEIRO - BA
7S05	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-ANEXO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA